

ALAN DE OLIVEIRA

**O TURISMO EM IRATI-PR, DA ÓTICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DOS VEREADORES**

Irati

2010

ALAN DE OLIVEIRA

O TURISMO EM IRATI-PR, DA ÓTICA DA CÂMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial
para obtenção do título de **Bacharel
em Turismo** à Banca Examinadora
da Universidade Estadual do Centro-
Oeste.

Prof.^o Ms. Diogo Lüders Fernandes

Irati

2010

Dedicatória

Dedico este trabalho às horas, estudos e esforços que nele empreendi.

Agradecimentos

Agradeço sempre a Deus, pela força que me deu e dá a cada instante. A meus pais, pelo carinho, respeito a minhas escolhas e o custeio dessa “aventura”. Agradecimentos também dedicados aos vários amigos que se fizeram importantes nos últimos quatro anos de caminhada acadêmica. Em especial, agradeço a meu orientador Diogo, por todo o aprendizado e companheirismo que me transmitiu na elaboração deste trabalho e ao longo dos últimos anos, ainda às estimadas e queridas professoras Elieti e Poliana. Não poderia deixar de agradecer aos professores Ronaldo e Vanessa, por ensinarem muito além das fronteiras da universidade, ensinamentos que jamais serão esquecidos, e aos demais professores que fizeram parte e algo acrescentaram em minha vida acadêmica. Agradeço ainda aos vereadores de Irati, do mandato 2009-2012, por colaborarem com meu trabalho. Por fim e em especial, agradeço por tudo a meu particular amigo Sidnei Jonaldo Jorge, a quem sou eternamente grato, que além da colaboração com o trabalho, sempre acreditou em mim, me dando força para confiar em minha potencialidade.

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim.”

Chico Xavier

SUMARIO

Dedicatória	03
Agradecimentos	04
Epígrafe	05
Resumo	07
1. Introdução	09
2. Metodologia	12
3. Fundamentação Teórica	14
3.1 DEFININDO O TURISMO E A ATIVIDADE.....	14
3.2 PLANEJAMENTO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO.....	17
3.3 TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	20
3.4 PODER PÚBLICO E O TURISMO.....	23
4. Caracterização do objeto de estudo	26
5. Apresentação dos dados	29
5.1 ENTREVISTAS COM OS VEREADORES.....	29
5.2 REQUERIMENTOS RELACIONADOS AO TURISMO APRESENTADOS NA CÂMARA NOS ANOS DE 2009 À JUNHO 2010.....	33
5.3 DISCUSSÃO.....	37
6. Considerações finais	40
Referências	42

Resumo

Este trabalho tem por objetivo fazer um estudo que se permeie na relação Turismo e Políticas Públicas, tendo como objeto de estudo, observação e pesquisa os parlamentares que formam o poder legislativo da cidade de Irati - Paraná, os vereadores.

Ao fim, o pesquisador propõe uma discussão sobre políticas públicas efetivas, com base em projetos de lei voltados ao turismo, podendo ainda, com o estudo, verificar qual o entendimento dos parlamentares sobre o tema propriamente dito, e sua execução no município.

Palavras chave:

Turismo, Câmara de Vereadores, planejamento.

Abstract

This paper aims to do a study that permeate the relationship and Tourism Public Policy, with the object of study, observation and research that form the parliamentary legislative power of the city of Irati - Paraná, the aldermen.

In the end, the researcher proposes a discussion on effective public policies based on bills that relate to tourism, and may, with the study, which check understanding of the legislators about the issue itself, and its execution in the municipality.

Keywords:

Tourism, city council, planning

1. INTRODUÇÃO

Antigamente, quando começaram a dar-se os estudos de certas atividades, talvez pela relação das mesmas com o meio ou o ser humano e seus meios de vida, o Turismo era analisado por uma ótica meramente economista (BARRETTO, 1995), de modo que muitas definições feitas por economistas podem ser observadas se pesquisado o tema.

Com o passar do tempo e a evolução nos métodos de estudo, pesquisa e, mesmo no modo de pensar, começou a ter-se a atividade turística como uma prática que poderia ser estudada e analisada de forma mais abrangente, envolvendo outros campos de atuação em seu redor.

Hoje os estudiosos e pesquisadores do turismo o definem como um fenômeno social que envolve uma série de relações de ordem cultural, política, econômica e social. E se estuda a atuação da atividade turística com bastante afinco sendo englobada na localidade em que está inserida, a fim de se ter uma real noção de como a atividade gerará seus impactos, positivos e negativos, uma vez que isso pode se tornar inevitável, e aí vem à tona um tema que para o turismo é impreterivelmente pertinente, a necessidade de se planejar o turismo.

A importância do planejamento é colocada em vários livros e trabalhos de autores importantes no assunto, pois se sabe que é dele que dependerá diretamente o sucesso da atividade, uma vez que bem planejada e organizada, a atividade turística poderá ser, ou não, geradora real de benefícios para a comunidade e os turistas. Autores renomados, Petrocchi (1998), e Barretto (1991) ainda definiram etapas e ações claras para o bom desempenho de um planejamento.

Neste trabalho, o pesquisador pretende trabalhar o turismo dentro de uma esfera que englobará o planejamento e as políticas públicas, uma vez que a pesquisa se dará na Câmara Municipal dos Vereadores de Irati, Paraná.

Consta no site oficial da cidade que “Irati recebeu em 2002, do Ministério do Esporte e Turismo, através do Instituto Brasileiro de Turismo, o Selo de Ouro, repassado aos municípios engajados no PNMT - 3ª fase (planejamento).

O referido Selo de Ouro é o sétimo documento da categoria repassado ao poder público municipal e evidencia o interesse no fortalecimento das atividades nesta área.

Ainda no site consta que em 1996, Irati recebeu do Ministério do Esporte e Turismo, o Selo de Município com Potencial Turístico e, nos quatro anos consecutivos o Selo de Município Prioritário para o Desenvolvimento do Turismo. Em 2000, foi contemplado com o Certificado de município engajado no programa de municipalização de turismo, desenvolvido em todo território nacional pela Embratur”

O pesquisador entende ser relevante a importância da realização deste trabalho e pesquisa, pois na cidade de Irati, muito se fala na realização e implantação de atividades turísticas e culturais dentro do município, dadas as circunstâncias de a cidade ter certo apelo cultural artístico e étnico que remonta origens de vários povos. Nesta possibilidade de expansão turística, precisa-se de uma forte atuação dos poderes públicos, e por isso a participação e pesquisa junto aos dez vereadores da cidade, a qual levantará a posição deles quanto ao desenvolvimento da atividade turística na cidade.

Com o estudo ainda poder-se-á verificar qual o entendimento dos parlamentares sobre o tema propriamente dito, e sua execução no município, bem como levantar junto a Câmara Municipal de Vereadores os projetos de lei existente de incentivo ao turismo em Irati.

Sempre lembrando que dentro da Câmara Municipal de Vereadores, também chamada de Casa de Leis existe todo um trâmite que envolve a apresentação de projetos, suas votações (primeira, segunda...), aprovação e, claro, execução, pretende-se levantar os projetos apresentados na gestão atual (2009-2012).

Precisa-se entender que um projeto de lei é um conjunto de regras que deve submeter-se à tramitação num órgão legislativo, no caso do estudo a Câmara Municipal de Vereadores, com o objetivo de efetivar-se através de uma lei, daí aprovada. Os projetos de lei são feitos por membros do próprio órgão legislativo, no caso os vereadores. Já as propostas de lei são feitas pelo poder executivo, no caso do estudo, representado pela Prefeitura Municipal.

Entendido Turismo, Planejamento e Políticas Públicas, e que se estudará esses universos entrelaçados dentro do entendimento dos vereadores

de Irati, se pretende, com este trabalho, captar aquilo que pode ser realizado para a fomentação da atividade dentro do município, qual o interesse real dos parlamentares e qual as atividades efetivas estão sendo estudadas e colocadas em votação dentro da Câmara Municipal.

O problema que será discutido neste trabalho é: Qual a posição dos Vereadores de Irati quanto ao desenvolvimento do turismo na cidade?

Como objetivo geral, o pesquisador pretende: Levantar o posicionamento dos Vereadores de Irati quanto ao desenvolvimento do turismo na cidade.

Já os dois objetivos específicos escolhidos pelo pesquisador vêm responder as perguntas das quais o mesmo busca as respostas, se alcançados. São eles:

- Identificar o entendimento que os vereadores têm sobre o turismo e seu desenvolvimento no município de Irati – PR e
- Levantar junto a Câmara Municipal de Vereadores os projetos de lei ou requerimentos existentes de incentivo ao turismo em Irati - PR.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza por ser exploratória descritiva de natureza quali e quantitativa que se baseou na análise de um caso específico do setor público do município de Irati, a Câmara Municipal de Vereadores. Foi identificado por meio do estudo o posicionamento dos vereadores de Irati quanto ao desenvolvimento do turismo no município. Para tanto teve a necessidade de identificar junto aos vereadores o entendimento dos mesmos quanto ao turismo, de modo a verificar o posicionamento destes frente a importância do desenvolvimento do turismo para cada um, foi feito um levantamento dos requerimentos apresentados a Câmara de vereadores que tem relação ou auxiliam o desenvolvimento do turismo no Município.

O tipo de pesquisa que se classifica como "descritiva", tem por premissa buscar a resolução de problemas melhorando as práticas por meio da observação, análise e descrições objetivas, através de entrevistas com peritos para a padronização de técnicas e validação de conteúdo (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007).

O estudo se caracteriza por 3 etapas distintas, primeiramente realizou-se um estudo bibliográfica sobre as temáticas: turismo, planejamento, políticas públicas e poder público e turismo. Estes assuntos forma trabalhados para que se pudesse formar uma base conceitual que auxiliou na elaboração do roteiro de entrevistas e na formação de uma fundamentação teórica que auxiliou na análise dos dados.

Ainda com relação á forma que se trabalhou, Martins (2002), explica que um Estudo de Caso trata-se de um tipo de pesquisa que tem sempre um forte cunho descritivo. O pesquisador não pretende intervir sobre a situação, mas dá-la a conhecer tal como ela lhe surge. Para tanto, pode valer-se de uma grande variedade de instrumentos e estratégias. No entanto, um estudo de caso não tem que ser meramente descritivo. Pode ter um profundo alcance analítico, pode interrogar a situação. Pode confrontar a situação com outras já conhecidas e com as teorias existentes. Pode ajudar a gerar novas teorias e novas questões para futura investigação. As características ou princípios

associados ao estudo de caso se superpõem às características gerais da pesquisa qualitativa.

Após a pesquisa bibliográfica a segunda etapa do estudo se caracterizou por um estudo de campo, onde foram utilizados duas técnicas de coleta de dados. A entrevista estruturada que foi aplicada aos dez vereadores do município, de forma oral, transcrevendo a respostas dos mesmos no momento da entrevista, que depois de lidos pelos parlamentares foram assinados e estão em poder do pesquisador. Nas perguntas da entrevistas constam questionamentos pertinentes a como os parlamentares encaram e trabalharam com o turismo, através da apresentação de requerimentos e projetos de leis sobre o tema, bem como o que eles entendem por turismo. Eles foram respondidos pelos dez parlamentares, ou seja, 100%.

Assim após a concretização das entrevistas foi solicitado junto a Câmara de Vereadores de Irati a autorização para realização da pesquisa documental junto aos documentos da instituição com o intuito de levantar quantos requerimentos foram apresentados que podem vir a dinamizar o desenvolvimento do turismo no município, deste modo é possível verificar se o discurso dos vereadores é condizente com as ações que os mesmos realizaram para dinamizar o turismo em Irati.

A terceira e última etapa da pesquisa consistiu na compilação dos dados e sua análise, os dados coletados na entrevistas foram trabalhados e apresentados em forma de gráficos, tabelas e a transcrição dos pontos mais relevantes para as análises. O levantamento documental do requerimentos foram apresentados por meio de tabelas e da descrição de cada um dos mesmos, assim como seus responsáveis. Posterior a apresentação dos dados estes foram comparados e analisados o que resultou na resposta ao problema de pesquisa e a concretização dos objetivos propostos neste trabalho.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 DEFININDO O TURISMO E A ATIVIDADE

Com os estudos realizados, percebeu o pesquisador que há tempos atrás a atividade turística era abrangida somente do ponto de vista econômico, e por isso várias definições foram feitas por economistas, como a de Herman Von Schullard *apud* Andrade (2002 p.32-33). “A soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionada com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”.

A maioria das definições e avaliações que foram formuladas para especificar a realidade do turismo no final do século XIX e início do século XX se perdeu através dos anos. De acordo com Andrade (2002, p. 32), muitas delas, por falta de fundamentação ou por apresentarem fraca fundamentação.

Conforme narra Ignarra (2003, p. 11) o termo turismo é matéria bastante controversa, segundo os vários autores que tratam desse assunto. O turismo está relacionado com viagens, muito embora nem todas as viagens são consideradas como turismo.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) define turismo como:

...o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivado por razões não-econômicas.

Esta definição sofreu aperfeiçoamento em 1994. A partir desse ano, a OMT passou a considerar que:

“...o turismo engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por prazer, negócios ou outros fins”.

O uso do termo ambiente usual tem por finalidade eliminar as viagens dentro da área habitual de residência e, também, as viagens frequentes entre o

domicílio e o local de trabalho, assim como outras viagens dentro da comunidade, feito habitualmente. Nesse enfoque, o turismo é um fenômeno que envolve componentes com perspectivas diferentes:

- O turista que busca diversas experiências e satisfações espirituais e físicas;
- Os prestadores de serviços, que encaram o turismo com o objetivo de obter lucros financeiros;
- O governo, que considera o turismo como fator de riqueza para a sua região;
- A comunidade do destino turístico, que vê a atividade como geradora de empregos e promotora de intercâmbio cultural.

Ultimamente, os estudiosos e pesquisadores do tema definem turismo como um fenômeno social que envolve uma série de relações de ordem cultural, política, econômica e social. Segundo Moesch (2002, p. 9),

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, com síntese: produto turístico.

Para a autora acima, o turismo é um emaranhado de funções de relacionamento no qual integram práticas e serviços entrelaçados a cultura e um ambiente de espaço, o qual juntamente com a troca de informações gerado por esse conjunto sintetiza o produto turístico.

Outra definição de turismo é a de Oscar de La Torre *apud* Barretto (1995, p. 13)

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura, ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

O autor acima entende o turismo como o deslocamento das pessoas por diversas motivações, onde numa estadia em um lugar determinado não se auto promove uma atividade geradora de renda.

A maioria dos autores estudados pelo pesquisador, na diversidade de definições, considera o turismo um fenômeno complexo, uma vez que a maioria das definições exclui dele as viagens desenvolvidas por motivos de negócios e de lucros. Todavia, são elas as responsáveis por grande parte da ocupação dos meios de transportes, dos hotéis, das estruturas de entretenimento, locadoras de veículos e dos espaços de eventos. Todos esses elementos são considerados empreendimentos turísticos. Não é por outra razão que se desenvolveram os termos turismo de negócio ou turismo de eventos.

Assim Ignarra (2003), considera Turismo como várias atividades que arrolam-se com uma viagem:

Uma combinação de atividades, serviços e indústrias que se relacionam com a realização de uma viagem: transportes, alojamento, serviços de alimentação, lojas, espetáculos, instalações para atividades diversas e outros serviços receptivos disponíveis para indivíduos ou grupos que viajam para fora de casa.

De acordo com a amplitude das viagens, o turismo ainda pode ser classificado em 4 classes:

- Local: quando ocorre entre municípios vizinhos;
- Regional: quando ocorre em locais em torno de 200 ou 300 km de distância da residência do turista;
- Doméstico: quando ocorre dentro do país de residência do turista;
- Internacional: quando ocorre fora do país de residência do turista;

Portanto se pode observar que o turismo, segundo as definições analisadas, é uma atividade que proporciona uma série de relações na localidade onde se desenvolve, podendo ser positivas ou negativas.

O pesquisador ainda entende que o planejamento é de fundamental importância para a concepção da atividade, uma vez que por meio dele poderá o planejador balancear pontos negativos e positivos da atividade turística e de que forma estes ônus e bônus serão agentes impactantes para o meio.

3.2 PLANEJAMENTO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO

Com base nos ensinamentos acadêmicos da universidade, entende o pesquisador, a importância do planejamento dentro da atividade turística.

O ato de planejar está nas mais simples decisões do cotidiano de qualquer pessoa. O começo de um processo do planejamento eficaz deve ser o planejador definir objetivos claros e depois promover ações em ordens prioritárias de acontecimentos.

Molina (2005, p. 45) define planejamento:

Planejar é prever o curso dos acontecimentos futuros. Em outras palavras que o planejamento consiste em estabelecer um curso de ação que conduza a obtenção de uma situação desejada, mediante um esforço constante, coerente, organizado, sistemático e generalizado.

Para o autor supracitado, o ato de planejar é fazer uma previsão do que irá acontecer futuramente. Ainda que planejar é traçar uma meta e conduzir os acontecimentos que conduzirão ao fim desejado.

O planejamento segundo Acerenza (2003, p. 26), está em se definir objetivos do trabalho que se vai fazer e organizar as atividades humanas e materiais que se tem, bem como precisar que técnicas se vai usar para alcançar o que se almejava:

Consiste precisamente em determinar os objetivos do trabalho, ordenar os recursos materiais e humanos disponíveis, estabelecer os métodos e técnicas que serão usados e precisar a forma de organização exigida, bem como todas as especificações necessárias para que a conduta da pessoa ou grupo das pessoas se oriente de maneira racional para os resultados que devem ser alcançados.

Petrocchi (1998, p.51), e Barretto (1991, p. 70) ainda definiram etapas e ações claras para o planejamento:

Etapas do Planejamento Turístico por Petrocchi.

	Etapas	Ações
	Análise macro ambiental	- Conhecer o entorno à organização, o mercado e a situação interna.
	Elaboração de diagnóstico	- Sumário que reflete os levantamentos e análise macro ambiental.
	Definir os objetivos	- O que se deve atingir.
	Determinar as prioridades	- O que é mais importante; - Em que ordem.
	Identificar os obstáculos, as dificuldades	- Listar quais são; - Sua intensidade; - Influência sobre os resultados.
	Criar os meios os mecanismos	- Visam minimizar obstáculos; - Analisar e escolher alternativas.
	Dimensionar os recursos necessários	- Quantificar os recursos; - Em que ordem de necessidade.
	Estabelecer responsabilidades	- Especificar volumes, padrões, fluxo áreas críticas.
	Projetar cronograma	- Definir prazos de execução, volumes de produção, custos, parâmetros.
	Estabelecer pontos de controle	- Escolher áreas chaves; - Estabelecer critérios.

Fonte: PETROCCHI, Mário (1998).

Etapas do Planejamento Turístico por Barretto.

tem	Etapas	Ações
	Escolha e delimitação da zona	- Estudos de fatores físicos, verificação da infra-estrutura, inventário dos recursos e demanda existente.
	Estudo diagnóstico	- Determinação de vocação, previsão da demanda.
	Definição de objetivos e metas	- Determinação dos setores primários de intervenção dividindo os objetivos em fundamentais e secundários.
	Escolhas de alternativas de intervenção	- Estudos de viabilidade econômica, social.
	Implementação	- Zoneamento; - Construção de infra-estrutura, equipamentos e serviços de apoio turístico; - Adequação dos recursos turísticos.
	Execução e controle	- Verificação da concordância entre o planejado e o executado.

Fonte: BARRETTO, Margarita, 1991..

O planejamento turístico por sua vez é compreendido, segundo Bissoli (1999, p. 34) com sendo:

[...] um processo que avalia a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias, e diretrizes com os quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico em que está inserido.

Já no âmbito do planejamento voltado para a atividade turística, a autora acima o entende como um trabalho que avalia o turismo de um determinado espaço, o define e se estabelece como o fomentar e integrá-lo no ambiente em que se insere.

Cardozo (2008) explica:

O planejamento turístico pretende dispor positivamente as ações dos sujeitos sobre uma localidade ou mesmo um recurso turístico com objetivos calculados, a fim de proteger o recurso propriamente dito, ou mesmo de aperfeiçoar (tanto no sentido de ampliar, como de refrear, ou ainda em sentido restrito) seu uso turístico.

Todo e qualquer planejamento induz ao resultado mais correto, no que tange às teorias, Barretto (1991, p.15) classifica alguns princípios do planejamento que devem ser analisados pelo pesquisador a fim de realizar seu trabalho de forma mais dinâmica e específica, tais como:

Da inerência: planejamento é indispensável;
Da universalidade: o planejamento tenta prever todas as conseqüências, até onde seja possível, levando em conta todas as opiniões. Uma visão unilateral vicia qualquer planejamento;
Da unidade: o planejamento abrange múltiplas facetas que devem ser integradas num conjunto coerente;
Da previsão: o planejamento é intrinsecamente previsão, e orientado para o futuro; e
Da participação: o planejamento requer a participação de todos os níveis e setores da administração. Na empresa, o planejamento central está vinculado às condições em que o operário realiza sua função. Assim, numa campanha nacional de promoção de turismo, o planejamento dependerá de todos os setores envolvidos, do ministro aos garçons da rede gastronômica.

Entendido tudo isso, o pesquisador percebe que o planejamento deve ser trabalhado de forma responsável e dinâmica, de modo a integrar os benefícios do turismo para o meio em que o está planejando inserir, bem como trabalhar de forma a minimizar os impactos negativos que o mesmo pode trazer, salientando e avigorando os benefícios da atividade.

3.3 TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas são intervenções do poder público, “tudo o que o governo decide ou não fazer” Dye (*apud* Hall, 2004) que tem como objetivo atender às necessidades de uma população. “Pode-se entender política como, principalmente, uma forma de gerenciamento de interesses diversos, em torno de um objetivo” (SOLHA, 2006, p.89). A política conduz para se chegar a um determinado objetivo.

Para o processo de desenvolvimento do turismo, além do planejamento turístico, também definem-se algumas políticas públicas de turismo que Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p. 294) definem como:

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégia de desenvolvimento e promoção que forneça uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação.

Políticas públicas de turismo podem ser entendidas como um conjunto de normas, intenções, regulamentos, e diretrizes estabelecidas, no âmbito do poder público, com o objetivo geral de alcançar o desenvolvimento da atividade turística em uma localidade, minimizando os impactos negativos.

Sendo as políticas de turismo compostas de regulamentações, devem-se encaminhar para atender a direitos que uma comunidade possui, sendo a maneira de propor ordem de interesse e necessidade. Tratando de políticas públicas para o turismo, Cruz (2000, p.40) ensina que podem ser entendidas como:

Um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território. Assim sendo, uma política pública setorial - como as políticas públicas de turismo - não têm de ser concebidas, necessariamente sob essa designação. Toda diretriz ou estratégia instituída pelo poder público com o objetivo exposto, comporá, com o conjunto de medidas estabelecidas com a mesma finalidade, a política governamental em questão.

Conjunto de normas deliberadas pelo poder público, as políticas têm como objetivo sanar as necessidades de uma comunidade. Como política setorial, políticas públicas de turismo, não precisam estar inteiramente subordinadas às políticas públicas do país ou do estado, embora estejam atreladas a elas, podendo restabelecer novas diretrizes conforme a necessidade advinda do turismo. “Embora não haja plano ou planejamento sem conteúdo político e toda política setorial careça de planejamento para sua eficaz consecução, a política antecede o plano” (CRUZ, 2000, p.50).

Beni (1998, p.34) define políticas do turismo como “um conjunto de fatores condicionantes e diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo no país”. De acordo com o referido autor, as políticas públicas do turismo, são compostas por vários fatores, tais como, a necessidade de políticas públicas da saúde, saneamento, transporte e outros, pois é a partir, de fatores condicionantes, ou seja, os fatores que atendam em primeiro lugar as necessidades da comunidade local, para assim o desenvolvimento do turismo.

No Brasil é o Estado quem deve propiciar a infraestrutura básica, a qual atende a população local primeiramente, posteriormente criar estruturas administrativas, ou seja, as secretarias e similares, para que planejem e controlem as intervenções do Estado, bem como permitir o desenvolvimento da iniciativa privada, sendo essas com a finalidade de organizar e criar suporte, tanto em infraestrutura quanto a serviços para a atividade turística (BARRETTO, BURGOS, FRENKEL, 2003). Vê-se nesta pesquisa que a funcionalidade organizacional do poder público brasileiro há a divisão do poder em partes que afunilam-se até que se chegue a órgãos constituídos a certificarem-se que as atividades propostas estão se realizando da maneira que foram designadas.

As políticas de turismo possuem as seguintes funções: definem as regras, como tudo irá acontecer; estabelecem regras aceitáveis; fornecem direção aos interessados no turismo em uma destinação; facilitam o consenso mediante normas já estabelecidas; fornece a discussão das decisões tomadas em relação aos benefícios a sociedade; e permitem que o turismo estabeleça interfaces com outros setores da economia (GOELDNER, RICTHIE E MCINTOSH, 2002).

Paralelamente, as políticas públicas apontam recomendações e algumas características, tais como:

- Concentrar-se no nível macro e a longo prazo;
- Concentrar-se aos recursos fundamentais;
- Reconhecer a natureza intelectual do processo de formulação de política;
- Estimular a criatividade organizada;
- Permitir e facilitar um processo social dinâmico e contínuo;
- Romper as barreiras tradicionais entre segmentos do setor turístico;
- Relacionar políticas do subsistema turístico com aquelas do sistema socioeconômico; e
- Reconhecer papéis que a concorrência e a cooperação cumprem na destinação (GOELDNER, RICTHIE E MCINTOSH, 2002).

Para o processo de formulação de a política alcançar seu êxito quando os diversos segmentos representados conseguem obter um consenso em relação:

- À filosofia de turismo – princípio geral relacionado à forma como o turismo deverá ser conduzido;
- À visão da destinação – imagina como o destino pode estar num futuro distante, geralmente de 5 a 50 anos;
- Aos objetivos e metas – estabelecem os resultados qualitativos e quantitativos que se espera alcançar;
- Aos limites – definem os parâmetros aceitáveis de desenvolvimento e de seus efeitos na sociedade, cultura e meio ambiente;
- Às estratégias de desenvolvimento – estabelecem os padrões de ações que permitem atingir os objetivos definidos para as diferentes áreas do turismo como oferta, demanda e organização estrutural. (GOELDNER, RICTHIE E MCINTOSH, 2002)

Para o desenvolvimento turístico, Solha (2006) descreve que a política deve se caracterizar pelo:

- Dinamismo – referem-se à necessidade dessa política estar atenta as mudanças externas e internas;
- Flexibilidade – como faz parte de um processo, o monitoramento contínuo e apurado do desenvolvimento oferece informações que podem e devem influenciar e justificar modificações na política e estratégias;
- Participação – oferecendo possibilidades de envolvimento efetivo de todos os segmentos, tanto nas decisões como na sua própria implementação;
- Integração – tanto entre os diferentes órgãos públicos de turismo como entre as outras políticas setoriais; e
- Harmonia – refere-se ao equilíbrio nas intervenções do poder público.

De acordo com a referida autora, as políticas públicas devem ser dinâmicas e flexíveis, devem estar atentas às mudanças internas e externas bem como, adaptar-se ou modificar regras e diretrizes estabelecidas por elas quando necessário; participação, integração e harmonia, nos seus diferentes níveis de desenvolvimento, os mais diversos setores envolvidos com o setor do

turismo; e harmonia, no que se refere ao equilíbrio nas interferências feitas pelo poder público. (SOLHA, 2006)

Tomando esta relação, as políticas de turismo também podem se dividir em três níveis de intervenção: nível de intervencionismo total ocorre em regimes políticos totalitários, em que o estado assume todas as funções da atividade turística; nível de intervencionismo parcial, ocorre na maioria dos países democráticos, onde o estado intervém por meio de organismos públicos, deixando a liberdade da criação de empresas e atividades turísticas baseada em uma economia de mercado para o setor privado; nível de pouco ou nenhum intervencionismo, com pouca ou nula a intervenção do estado na atividade turística, deixando funções de iniciativa de promoção e criação de infraestrutura ao setor privado (MONTANER, 2001).

3.4 PODER PÚBLICO E O TURISMO

Para a realização deste trabalho, que terá contato direto, como forma de estudo e pesquisa o poder legislativo da cidade de Irati, é importante entender as políticas públicas. Elas têm como foco de ordem e limites conduzidos pelo poder público, e são de caráter específico para cada necessidade, entre elas as Políticas Públicas de Turismo, sendo que é a partir da sua política específica que o planejamento irá estabelecer suas regras, ações e diretrizes. Porém, sabe-se que nem todos os municípios, estados, ou até mesmo países possuem suas políticas públicas em todas as esferas, pois para isso é necessário um planejamento específico.

Dentro do Turismo, as Políticas Públicas podem ser entendidas como um conjunto de normas, intenções, regulamentos, e diretrizes estabelecidas, no campo do poder público, com o desígnio de alcançar a execução e desenvolvimento da atividade turística em uma localidade, devendo-se minimizar os eventuais impactos negativos que a atividade pode gerar.

A seguir, uma definição onde o autor diz que na maioria dos países o turismo desenvolve-se a partir da junção do poder público e dos setores privados, independente de sua economia ou forma de governo:

Na maior parte dos países, o turismo é uma atividade desenvolvida a partir da ação conjunta entre a iniciativa privada e o setor público. A forma desta parceria depende da orientação socioeconômica e política de cada país (IGNARRA, 2003, p.186).

O planejamento para a atividade turística na esfera pública é de suma importância também devido ao montante que essa atividade pode exigir, vindo este dinheiro sempre dos cofres públicos e pela apropriação do espaço que a mesma causa. Esta apropriação do espaço pelo turismo é realizada por meio das políticas públicas de turismo, que são responsáveis segundo Cruz (2002, p. 9) pelo

[...] estabelecimento de metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada. Na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares.

As políticas de turismo possuem as seguintes funções: definem as regras, como tudo irá acontecer; estabelecem regras aceitáveis; fornecem direção aos interessados no turismo em uma destinação; facilitam o consenso mediante normas já estabelecidas; fornece a discussão das decisões tomadas em relação aos benefícios a sociedade; e permitem que o turismo estabeleça interfaces com outros setores da economia (GOELDNER, RICTHIE E MCINTOSH, 2002).

Segundo a OMT - Organização Mundial de Turismo (2003, p. 40), o planejamento deve ser "elaborado dentro de uma estrutura de tempo e deve empregar uma abordagem flexível, abrangente, integrada, ambiental e sustentável, implementável e baseada na comunidade."

Ou seja, deve ser planejado de maneira a apresentar abertura para mudanças e facilidade de adaptação à realidade; deve ainda abraçar todas as áreas existentes em uma sociedade, sendo elas: social, política, cultural e ambiental e também todos os componentes do sistema turístico como: atrativos turísticos, infra-estrutura e equipamentos turísticos; deve também integrar as políticas e planos de desenvolvimento geral e os planos locais além de integrar-se a outros planos municipais como educação, meio ambiente, entre outros; deve ainda ser conduzido de forma que não cause

impactos ambientais ou socioculturais sérios; e envolver no máximo a comunidade em todas as fases de elaboração do planejamento, pois é dela que está sujeito o sucesso do mesmo.

Segundo Bissoli (1999, p.36)

Os cidadãos têm obrigação de se envolver com o processo de planejamento turístico da municipalidade. Eles vivem diariamente as causas, conseqüências e/ou efeitos do desenvolvimento da atividade turística, seja qual for seu estágio de desenvolvimento.

Para Irving (2002, p. 20), a participação da comunidade consiste “na criação do conhecimento, de um novo conhecimento, participação na determinação das necessidades essenciais da comunidade, participação na busca de soluções e, sobretudo, na transformação da realidade [...]”

Dessa forma, tomando como base todos os aspectos que foram levantados e o objetivo deste trabalho, pode-se dizer que é a partir da consolidação de políticas públicas, coordenadas e integradas com as demais políticas setoriais, será possível ordenar um planejamento eficaz e coeso, constituindo, desta forma fatores indispensáveis para o desenvolvimento de uma localidade por meio do turismo.

Concluiu ainda, o pesquisador, com base em tudo o que leu e estudou para a concepção deste trabalho, que o turismo já vem deixando de ser visto somente do ponto de vista econômico e é compreendido que causa impactos também ambientais, sociais e culturais. O planejamento turístico é um instrumento que vem a balancear estes impactos, sendo responsabilidade do poder público, para que desta forma as políticas atendam a toda a sociedade e não interesses particulares. Para tanto, cabe ressaltar que estas políticas devem ser formuladas de modo a proporcionar o desenvolvimento de uma localidade.

4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Segundo dados da Prefeitura Municipal, Irati está a cerca de 150 km da capital Curitiba, na região Centro-Sul do estado, conforme dizem os habitantes, embora esteja oficialmente na região Sudeste do Paraná, conforme as mesorregiões estabelecidas pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A seguir, um quadro que mostra informações sobre números da população, densidade demográfica, taxa média de crescimento anual e IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, de Irati.

Total	Oficial Censo 2007 54.151		Estimativa 2009 58.136
Urbana	42.195	77,92%	45.299
Rural	11.956	22,08%	12.837
Masculina	26.713	49,33%	28.678
Masculina urbana	20.426	37,72%	21.928
Masculina rural	6.287	11,61%	6.750
Feminina	27.438	50,67%	29.458
Feminina urbana	21.742	40,15%	23.342
Feminina rural	5.696	10,52%	6.616
Incluídos os três distritos (Gonçalves Júnior, Guamirim e Itapará)			
Total – distritos	8.892	16,42%	9.546
Masculina - distritos	4.630	08,55%	4.971
Feminina - distritos	4.262	07,87%	4.575
Densidade demográfica		54,24 hab./km²	58,23 hab./km²
Taxa Média de Crescimento Anual: (2004-2008)			00,91%
Índice de Desenvolvimento Humano (IPARDES/2000)			00,743

Fonte: IBGE, censo 2007 - estimativa 2009 .

Segundo dados da Mineropar/2000, a economia iratiense é composta por: Comércio e Serviços: 57,89%; Indústria: 26,18%; Agropecuária: 15,93%.

A população é formada pela mescla de diferentes etnias, apresentando

especialmente poloneses e ucranianos, que buscam manter costumes e tradições de seus ascendentes.

Segundo o portal de internet da cidade, o município teve sua origem na vila de "Covalzinho". Na década de 1890, quando os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo/Rio Grande do Sul passaram pela vila, foi ali instalada uma estação ferroviária que recebeu o nome de "Iraty". Em 15 de julho de 1907, já elevada a distrito, teve sua emancipação política decretada, desmembrando-se do município de Imbituva. O movimento foi liderado pelo Coronel Emílio Baptista Gomes, que acabou por se tornar o primeiro prefeito da cidade.

Com relação ao Turismo, consta no portal eletrônico da Prefeitura de Irati (2010) que Irati recebeu em 2002, do Ministério do Esporte e Turismo, através do Instituto Brasileiro de Turismo, o Selo de Ouro, repassado aos municípios engajados no PNMT - 3ª fase (planejamento).

Está em Irati a maior imagem de Nossa Senhora das Graças do mundo, com 22 m de altura. Passam pela cidade a BR-277, que corta todo o estado (de Foz do Iguaçu, fronteira com o Paraguai, ao Porto de Paranaguá), e a BR-153.

Para descrever mais especificamente sobre o objeto de estudo, a Câmara Municipal de Vereadores, o pesquisador conseguiu na Prefeitura Municipal a Lei Orgânica do Município de Irati.

De acordo com o Artigo 19 da Lei Orgânica do Município, o Poder Legislativo do Município de Irati, é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores proporcional a sua população, hoje com 10 parlamentares, representantes do povo, eleitos pelo voto direto e secreto, para um mandato de 4 (quatro) anos, em eleições realizadas na mesma data estabelecida para todo o país, observadas as seguintes condições de elegibilidade na forma da Lei eleitoral.

Consta ainda que a proporcionalidade do número de vereadores da Câmara Municipal observará os limites estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual e as ineligibilidades para o cargo de VEREADOR são aquelas estabelecidas na constituição e na Legislação Eleitoral.

O Artigo 20 traz que salvo disposição em contrário, constantes desta Lei, as deliberações da Câmara Municipal e de suas comissões serão tomadas pela maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, em sessões públicas.

Já tratando das competências dos vereadores, o Artigo 32 trás escrito que os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, votos e palavras no exercício do seu mandato e na Circunscrição do Município. Num Parágrafo único, a Lei Orgânica traz que é incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas.

Com relação à administração do município, no que se refere a planejamento, área de primordial estudo e reflexão por parte do pesquisador, consta ainda na LOM – Lei Orgânica do Município de Irati, no Artigo 82 que o Município deverá organizar a sua Administração. Exercer suas atividades e promover sua política de desenvolvimento urbano dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo aos objetivos e diretrizes estabelecidos no Plano diretor e mediante adequado Sistema de Planejamento.

Um Parágrafo Único trás que o Plano Diretor é o instrumento orientador e básico dos processos de transformação do espaço urbano e de sua estrutura territorial, servindo de referência para todos os agentes públicos e privados de referência que atuam na cidade.

Ainda tratando do tema planejamento, os Artigos 86, 87 e 88 trazem que O planejamento municipal será realizado por intermédio de um órgão municipal único, o qual sistematizará as informações básicas, coordenará os estudos e elaborará os planos e projetos relativos ao planejamento do desenvolvimento municipal, e supervisionará a implantação do Plano Diretor da Cidade.

O planejamento municipal terá a cooperação das associações representativas de classes, de profissionais e comunitárias, mediante encaminhamento de projetos e reivindicações, diretamente ao órgão de planejamento do Poder Executivo, ou por meio de iniciativa legislativa popular.

Fica, desta forma, segundo a Lei, criado o fundo Municipal de Desenvolvimento, regulado em lei, e destinado a promover a aplicação de recursos visando ao desenvolvimento econômico e social do município, através do fomento de suas atividades industriais, comerciais e agrícolas.

5. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

5.1 ENTREVISTAS COM OS VEREADORES

A pesquisa realizada junto aos vereadores foi feita em forma de entrevista e através dela o pesquisador produziu a tabela a seguir:

	Vereadores que acham satisfatório o desenvolvimento do turismo em Irati	Vereadores que acham que a cidade tem potencial turístico	Vereadores que acham importante que se fomente a atividade turística em Irati	Vereadores que apresentaram Projetos voltados ao turismo em seu mandato
SIM	3 (30%)	8 (80%)	8 (80%)	1 (10%)
NÃO	4 (40%)	0 (0%)	0 (0%)	7 (70%)
Não opinou	3 (30%)	2 (20%)	2 (20%)	2 (20%)

Quadro 05 – Pesquisa quantitativa com os Vereadores de Irati, sobre a atividade turística na cidade.

Fonte: Alan de Oliveira, 2010.

Como a entrevista, além de quantitativa, foi qualitativa e livre, o pesquisador ouviu os 10 parlamentares sobre o tema da pesquisa.

Perguntado sobre o que entende por Turismo, o vereador Marcelo Rodrigues afirmou que a atividade turística, a seu ponto de vista é o ato das pessoas saírem de suas casas motivadas por passeios. Ainda explanou que o fomento da atividade turística em Irati deve dar-se de forma ordenada e planejada através de projetos que visem o bem comum e o que isso poderá acarretar positivamente para toda a sociedade. Disse ainda que é incentivador daquilo que é interessante e trás possibilidades de expansão sociocultural para o município e que se o turismo é algo que pode trazer benefícios para muitas pessoas deve sim ser realizado seu fomento.

O vereador Ailton Laroca disse sentir falta do desenvolvimento do turismo nas comunidades do interior do município. Segundo o parlamentar, o interior de Irati tem potencialidade para que se desenvolva de forma satisfatória, em

especial na comunidade do Pinho de Baixo. Para ele o turismo é viajar, conhecer lugares novos.

O vereador Dalvino José Cavalli Neto expôs que não é contente com o desenvolvimento do turismo na cidade, pois para ele o município tem um potencial que poderia ser melhor explorado. Disse entender por turismo todo o ato de deslocamento para outra localidade e colocou que é de suma importância o fomento da atividade para Irati, uma vez que a atividade turística desenvolve não só o aspecto econômico da cidade, mas faz com que as pessoas troquem informações e culturas, enriquecendo o aspecto sociocultural da população.

O vereador Anselmo Edson Wnuk disse que entende por turismo toda a atividade que contemple viagens. Diz-se satisfeito com o processo de fomento da atividade no município, mas que deve melhorar, através de projetos do poder executivo, por meio da Secretaria de Turismo e de Projetos de Lei que contemplem ações de desenvolvimento social que possibilitem o incremento da atividade em Irati e na região. Colocou ainda que espera que nos dois últimos anos deste mandato sejam apresentados mais requerimentos que resultem em projetos de lei para o incentivo da atividade.

O vereador Hélio de Mello expôs ao pesquisador que não se encontra satisfeito com o desenvolvimento do turismo em Irati, pois a seu ver a atividade poderia ser mais explorada com a intenção da criação de empregos diretos e indiretos, bem como poderia trazer uma expansão da cultura do povo iratiense para muitas pessoas e nações. Hélio disse que as tradições e a cultura do povo do interior é acentuada, onde se vê em várias comunidades de Irati o hábito cultural costumes, que se desenrolam através de manifestações e até mesmo a culinária, o que, a seu ponto de vista poderia ser mais explorado afim deste fomento positivo do turismo.

O vereador José Ronaldo Ferreira disse que o turismo é importante e deve se criar propostas para seu fomento. Sobre o entendimento do que vem a ser a atividade, disse que acredita ser as pessoas viajarem, saírem de suas casas para visitar outros lugares. Expôs ainda que deseja que o turismo se desenvolva cada vez mais, para gerar empregos e renda em Irati.

Vilson Menon disse que entende por turismo todo e qualquer ato de deslocamento, desde que motivado por fins que valorizem o novo conhecimento e uma geração de renda em outras localidades que não a sua de origem. O vereador disse ainda que veio realizando ações voltadas ao turismo, que foi de sua responsabilidade o I Fórum Iratiense de Turismo, realizado nas dependências da Câmara Municipal em 2010, que reuniu estudantes da área e profissionais, que colocaram a situação atual do turismo em Irati e na região, bem como contou com a presença de representantes da esfera estadual. Segundo o vereador, este evento foi voltado para um fomento do turismo e espera que nos próximos anos de mandato, ele e os colegas vereadores possam pensar mais na atividade e propor Projetos de Lei que contemplem cada vez mais o fomento da atividade turística.

O vereador Laudelino Antonio Filipus também frisou a potencialidade do turismo rural que pode se desenvolver em Irati. Para o parlamentar, em Irati tem-se potencial mas ele é pouco explorado ainda, com uma forte tendência de ser revista essa posição cada dia mais. Ele disse entender por turismo o ato de deslocamento de pessoas para visitar e conhecer lugares distantes.

O vereador Rafael Felipe Lucas disse que entende o turismo como possuidor de força enquanto fenômeno social e econômico capaz de gerar impactos de diferentes magnitudes, produzindo assim, a atividade turística, inúmeras conseqüências nas comunidades, podendo ser divididas em aspectos positivos e negativos. Para ele o desenvolvimento do turismo em Irati está crescendo e deve ser valorizado como fonte geradora de renda e difusora da cultura do povo iratiense. Disse que pensa muito no assunto e pretende, nos próximos anos, apresentar projetos que vizem estimular a sociedade para o pensamento do turismo como fonte de sobrevivência.

Dentre os 10 vereadores que foram entrevistados pelo pesquisador, o que mais discorreu sobre a atividade turística foi o Presidente da Casa de Leis, o Vereador Sidnei Jonaldo Jorge, que ao entender do pesquisador, trás uma representatividade mais expressiva de como o turismo é visto da ótica da Câmara, uma vez que sua autoridade, até para falar em nome da Câmara é instituída.

Sidnei disse que entende por turismo o ato de deslocamento de pessoas, o que pode se dar por várias motivações, seja para visitar parentes ou mesmo viajar a negócios, o que caracteriza uma diferenciação nos tipos de turismo. O Presidente da Câmara disse-se insatisfeito com o desenvolvimento do turismo em Irati, uma vez que, segundo ele, a cidade possui um potencial para o turismo e que ainda é pouco explorado, muito embora haja uma visível percepção desta necessidade por parte do poder executivo, a Prefeitura Municipal. Hoje, segundo Sidnei, se vê alguns investimentos na área de turismo no que diz respeito a revitalização de pontos, como o caso da Colina Nossa Senhora das Graças, que vem passando por uma série de reformas que vão desde a construção de mirante, o paisagismo e outras melhorias. Sidnei ainda citou e comentou sobre o Parque Aquático e de Exposições, que na gestão atual da prefeitura passou por reforma bastante significativa, na qual se obteve a construção de calçadas, parques para crianças e academias para a terceira idade, bem como a revitalização de atividades que objetivam agradar os frequentadores do lugar, em especial nos dias de domingo e feriados, como o trenzinho, Maria Fumaça que leva as pessoas por um passeio ao redor do parque, e os pedalinhos, onde quem desejar pode fazer um gostoso passeio pelo lago. O Presidente explanou que acredita que a cidade tem sim um enorme potencial turístico, mas que precisa ser mais valorizado e trabalhado, por meio de programas e projetos que envolvam o poder executivo e o legislativo e que se busque a profissionalização nesta área e a valorização dos profissionais do turismo, uma vez que até curso a nível universitário na área a cidade de Irati tem e que este fomento é importantíssimo, uma vez que pode se apresentar como gerador de renda e desenvolvimento sério e interessante para toda a coletividade iratiense.

Indagado pelo pesquisador sobre como espera que a atividade turística se desenvolva nos próximos e últimos dois anos de mandato do prefeito e vereadores, o Presidente disse que espera que se dê maior atenção ao setor de turismo em Irati, a qual por meio da conscientização dos poderes possa se pensar no fomento da atividade cada vez mais como impulsora de novos horizontes. Sidnei disse que o trabalho e pesquisa desenvolvidos pelo pesquisador deve ser um divisor de águas dentro do poder legislativo do

município, pois uma vez que os parlamentares tomarem conhecimento de como a Casa de Leis enxerga o turismo, ele pode ser visto de forma mais clara e atitudes mais concernentes com o fomento da atividade podem ser tomados pelos 10 vereadores, mediante apresentação de requerimentos e a aprovação de projetos de leis que venham a beneficiar tanto a sociedade como um todo como os profissionais do turismo.

5.2 REQUERIMENTOS RELACIONADOS AO TURISMO APRESENTADOS NA CÂMARA NOS ANOS DE 2009 À JUNHO 2010

Através de ofício expedido pelo DETUR – Departamento de Turismo da Unicentro, que pedia autorização ao Diretor Geral da Câmara Municipal de Vereadores, Dr. Luis Gustavo Benatti Sismeiro e ao Presidente, Vereador Sidnei Jonaldo Jorge, foi dada esta autorização e o pesquisador obteve acesso a todos os requerimentos apresentados para apreciação pelos vereadores, desde o início desta gestão (2009) e constatou que dos 343 apresentados em sessão, no ano de 2009, voltados ao turismo somam-se seis, seguindo as cópias em anexo. A seguir um estudo e levantamento dos dados referentes somente ao ano de 2009, onde ao analisar os requerimentos, para uma análise quantitativa, o pesquisador produziu as tabelas a seguir:

Total de requerimentos apresentados em 2009	Total de requerimentos voltados, ou que se pode fazer alusão, ao turismo
343	06 (1,75%)

Quadro 01. Análise quantitativa de requerimentos voltados ao turismo em 2009 da Câmara de Vereadores de Irati – PR.

Fonte: Alan de Oliveira, 2010.

Com relação aos requerimentos voltados, ou que se pode fazer alusão, ao turismo no ano de 2009, o pesquisador produziu a tabela a seguir:

Vereador	Requerimentos que apresentou	Requerimento conjunto	Requerimento individual
Sidnei Jonaldo Jorge	2	XX	
Marcelo Rodrigues	1	X	
Laudelino Antonio Filipus	1	X	
Anselmo Edson Wnuk	1	X	
Helio de Mello	1	X	
Rafael Felipe Lucas	2	X	X
Ailton Laroca	2		XX

Quadro 02 – Sobre os requerimentos voltados ao turismo apresentados na Câmara Municipal de Irati-PR, no ano de 2009.

Fonte: Alan de Oliveira, 2010.

No requerimento 221/2009, os vereadores Sidnei Jonaldo Jorge e Marcelo Rodrigues requerem que sejam instalados nos trevos de acesso à Irati outdoors convidando as pessoas para visitar a Imagem de Nossa Senhora das Graças, ponto turístico da cidade, popularmente conhecido como “Santa”. No requerimento não se faz alusão direta à atividade turística, porém percebeu o pesquisador que é algo que diz indiretamente respeito ao turismo, uma vez que busca o fomento da atividade.

No requerimento 247/2009, os vereadores Laudelino Antonio Filipus e Anselmo Edson Wnuk pediram a construção de um parque aquático em Guamirim, distrito de Irati, onde ao final cita-se que o requerimento, se efetivado, estaria fomentando o turismo e o lazer no interior do município.

No requerimento 287/2009, os vereadores Helio de Mello, Sidnei Jonaldo Jorge e Rafael Felipe Lucas, requerem que a Secretaria Municipal de Cultura preste apoio a manifestações culturais em comunidade do interior. No requerimento não se faz alusão direta à atividade turística, porém percebeu o

pesquisador que é algo que diz indiretamente respeito ao turismo, uma vez que busca o fomento da atividade, onde pessoas se deslocariam para acompanhar estas manifestações.

No requerimento 305/2009, o vereador Rafael Felipe Lucas requer a instituição, por parte da prefeitura, de um “Calendário Oficial de Eventos Religiosos e Turismo Religioso” de Irati. Depois discorre sobre o turismo e o turismo religioso e diz que o tema merece regulamentação e participação dos entes públicos.

No requerimento 338/2009, o vereador Ailton Laroca requer colocação de placas de sinalizações turísticas na cidade de Irati e rodovia BR 277, enfatizando o monumento conhecido por “Santa”, a imagem de Nossa Senhora das Graças. Ao final do requerimento, o vereador ressalta que a ação irá contribuir para o desenvolvimento da cidade.

No requerimento 339/2009, o vereador Ailton Laroca pede placas de sinalização identificando acesso a localidades do interior do município, coloca a necessidade por parte da agricultura que se desenvolve, mas ao final cita que isso dará acesso às demais atividades destas comunidades, dentre elas cita o turismo.

Agora se passa aos resultados da pesquisa feita referente ao corrente ano de 2010. O estudo deste ano deu-se nos requerimentos apresentados no primeiro período, a última data que consta na pesquisa é a de 05 de julho de 2010, data da última sessão ordinária antes do recesso dos parlamentares e do encerramento deste período.

Dos 173 apresentados em sessão, voltados ao turismo somam-se três, seguindo as cópias em anexo. A seguir um estudo e levantamento dos dados referentes somente ao primeiro período do ano de 2010. Ao analisar os requerimentos, para uma análise quantitativa, o pesquisador produziu as tabelas a seguir:

Total de requerimentos apresentados no primeiro período de 2010	Total de requerimentos voltados, ou que se pode fazer alusão, ao turismo
173	03 (1,73%)

Quadro 03. Análise quantitativa de requerimentos voltados ao turismo no primeiro período de 2010 da Câmara de Vereadores de Irati – PR.

Fonte: Alan de Oliveira, 2010.

Com relação aos requerimentos voltados, ou que se pode fazer alusão, ao turismo no ano de 2009, o pesquisador produziu a tabela a seguir:

Vereador	Requerimentos que apresentou	Requerimento conjunto	Requerimento individual
Rafael Felipe Lucas	3	X	XX
Vilson Menon	1	X	
Ailton Laroca	1	X	

Quadro 04 – Sobre os requerimentos voltados ao turismo apresentados na Câmara Municipal de Irati-PR, no primeiro período de 2010.

Fonte: Alan de Oliveira, 2010.

No requerimento 017/2010, o vereador Rafael Felipe Lucas requer a criação de um cartão simbólico de desenvolvimento da cultura e turismo em Irati. Segundo ele, com o intuito de fomentar as áreas de cultura e turismo.

No requerimento 160/2010, os vereadores Rafael Felipe Lucas, Vilson Menon e Ailton Laroca requerem do Departamento Municipal de Turismo que dê início ao “Plano de Desenvolvimento do Turismo Local” na comunidade de Pinho de Baixo.

No requerimento 169/2010, o vereador Rafael Felipe Lucas requer a realização do Festival de Folclore e de Etnias de Irati.

O pesquisador identificou junto à secretária da Câmara Municipal, senhora Joanita Laurindo Filus, que nenhum Projeto de Lei voltado a Turismo foi apresentado e votado durante o tempo que foi pesquisado, os anos de 2009

e 2010, por isso os estudos foram feitos acima dos requerimentos apresentados pelos parlamentares.

Sabe-se que um requerimento é votado em sessão ordinária, e encaminhado para a prefeitura, o poder executivo, que pode estar realizando aquilo que é proposto sem que se faça em forma de Projeto de Lei.

5.3 DISCUSSÃO

Ao analisar os dados, conversar com vereadores e estudar o assunto, o pesquisador entende que uma política pública de turismo vem a ser mais do que veio se apresentando em Irati até o presente momento. Concluiu, inclusive, que não há projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal que dizem respeito ao desenvolvimento da atividade, somente requerimentos que pedem e indicam ações que podem ser vinculadas ao turismo. O pesquisador não entende, por exemplo, que um requerimento que peça a colocação de placas indicativas de pontos turísticos, seja uma política pública de turismo, e sim mais um pedido/idéia dos muitos que se encaminham ao poder executivo semanalmente pela Câmara Municipal. Também se pode conceituar política pública como um conjunto de regras e ações que são elaboradas e executadas pelo Governo, embasada numa ideologia para o benefício da população.

A política pública pode ser definida como conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade DIAS (2003).

Sendo assim, o desenvolvimento do Turismo deve ser planejado pelo Estado nas suas três esferas do governo, seguindo uma política pública previamente elaborada e aprovada. A política pública de Turismo estabelece metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento sócio-espacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada (CRUZ, 2000).

Sabe-se que ao apresentar um requerimento em sessão, o mesmo é aprovado pelos demais parlamentares e encaminhado ao poder executivo, a Prefeitura Municipal, para a realização do pedido, coisa que pode inclusive não acontecer, uma vez que representa um pedido da Câmara, uma idéia.

O pesquisador entende que o papel do poder público, na organização do Turismo, é de vital importância, pois estabelece os parâmetros do desenvolvimento da atividade nas suas prioridades e nos impactos sociais que afetam o bem estar da população. Segundo FELLINI (1973, p.73), a atividade turística necessita de três componentes básicos:

a) Infra-estrutura de base: que compreende as condições de acesso (estradas, ferrovias, aeroportos, rodovias, hidrovias, etc) e as de caráter urbano (redes de energia, água, iluminação, esgotos).

b) Superestrutura turística: que é representada pelo conjunto de elementos que possibilitam a estada dos visitantes em determinado local (acomodação, alimentação, comércio, diversões, agências de viagens, lazer).

c) Indústria turística em sentido estrito: alojamento e alimentação (hotéis, *campings*, restaurantes, bares, pousadas).

Para o pesquisador, políticas públicas devem ser entendidas num âmbito maior, uma ação mais dinâmica e voltada para a certeza da realização daquele objetivo proposto.

No requerimento 160/2010, onde os vereadores Rafael Felipe Lucas, Wilson Menon e Ailton Laroca requerem do Departamento Municipal de Turismo que dê início ao “Plano de Desenvolvimento do Turismo Local” na comunidade de Pinho de Baixo, por exemplo, daí pode surgir uma efetiva Política Pública que se volte à atividade turística, mas a partir do momento que haja este plano e que ele seja colocado em prática, inclusive em forma de projeto de lei, pois até o presente momento não passa de um requerimento apresentado em sessão, aprovado, mas de certa forma engavetado.

Como se observou, em Irati – PR, ainda não há políticas públicas voltadas ao turismo, uma vez que essas políticas se darão após uma efetiva aprovação de projetos de lei, não somente poucos requerimentos, concernentes e a realização efetiva de ações e leis que se solidifiquem.

Todavia, alguns requerimentos que tratam de turismo já foram apresentados, poucos comparados ao número total de requerimentos, mas entende o pesquisador que uma Casa de Leis trabalha com pessoas, com anseios e necessidades latentes e diárias, o que toma tempo e pensamento dos parlamentares, ficando a cargo do poder executivo a inteira

responsabilidade pelo fomento do turismo. Nesse contexto, cabe ressaltar também que a Secretaria de Turismo de Irati é conjunta à de Cultura, Esportes, Lazer e Desportos, com um secretário, o que o pesquisador entende ser dificultoso para o desenvolvimento adequado e planejado da atividade turística de qualquer localidade.

Ao serem entrevistados alguns vereadores colocaram que a realização deste trabalho serve de auxílio aos parlamentares, para que ao tomarem nota pensem e realizem ações efetivas dentro dos interesses do turismo. O vereador presidente da Câmara, Sidnei Jonaldo Jorge, colocou que este trabalho é um divisor de águas, pois expõe um assunto que pode ser mais explorado e vinha sido, de certa forma, imêmore pelos parlamentares, mas que merece profunda reflexão à sua cerca.

Nesses moldes o pesquisador entende que os objetivos do trabalho foram alcançados com êxito, pois se levantou o pensamento dos vereadores sobre o turismo e seu desenvolvimento em Irati, bem como ergueu uma intenção de que hajam discussões dentro da Casa de Leis voltada a uma valorização do planejamento de uma atividade que pode ser interessante para o desenvolvimento sociocultural do município.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pesquisador conclui, com base em todos os estudos efetuados para a realização do trabalho que o planejamento é indispensável para o sucesso de qualquer atividade, o que se mostra de igual forma para a atividade turística.

Toda e qualquer atividade que além de trazer benefícios para uma localidade é de interesse do poder público, ou deveria ser, de modo que quando se trata de turismo, deve ser analisado o seu desenvolvimento com grande cuidado e cautela, além de ousadia e dinamismo, para que se tente obter todo o benefício que isso pode trazer.

O pesquisador entende que este planejamento da atividade turística como responsabilidade do governo e vereadores é importante, uma vez que se entende serem eles os poderes que devem legislar e atuar diretamente no correto fomento de qualquer atividade que venha a beneficiar as pessoas. No caso do turismo, se sabe que ele é grande gerador de renda e benefícios, uma vez que as pessoas ao se deslocarem para um local estarão gastando seu dinheiro neste lugar e fazendo com que a economia se aqueça. Nesse sentido a atuação dos governos, sejam municipais, estaduais ou federal, é indispensável.

Um vereador deve conhecer a realidade da cidade onde ele trabalha, então é seu dever saber se um projeto tem ao menos a menor possibilidade de dar certo e cabe aos demais aprovarem e vestirem a camisa desta possibilidade, sempre observando os ônus e bônus que o turismo trará.

Como já levantado, o pesquisador entende ser de grande importância a realização deste trabalho e pesquisa, pois na cidade de Irati, no que tange os poderes públicos e até mesmo a imprensa, muito se fala na realização e implantação de atividades turísticas e culturais dentro do município, dadas as circunstâncias de a cidade ter um certo cultural artístico e étnico que remonta origens de vários povos. Neste pensamento de uma possível expansão turística, para que se ordene de forma eficaz, precisa-se de uma forte atuação dos poderes públicos, e por isso a participação e pesquisa junto aos vereadores da cidade, onde se levanta a posição dos mesmos quanto ao desenvolvimento da atividade turística na cidade.

Com o estudo ainda se pôde verificar qual o entendimento dos parlamentares sobre o tema propriamente dito, e sua execução no município, bem como levantar junto a Câmara Municipal de Vereadores os requerimentos existentes de incentivo ao turismo em Irati, já que Projetos de Lei ainda são inexistentes.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M. **Administração do turismo: planejamento e direção**. Vol. 2. Tradução Graziela Rabuske Hendges. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991.
- BARRETTO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas: Papirus, 2003.
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus 1995.
- BEZERRA, Deise Maria Fernandes (Coord.). **Orientação para gestão municipal de turismo**. Curitiba: Secretaria do Estado do Turismo, 2005.
- BISSOLI, M. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 1999.
- CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do Brasil no turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.
- FELLINI, Lourdes. **Turismo: uma atividade municipal**. Porto Alegre: Est. 1983.
- GOELDNER, Charles R., RITCHIE, Brent J.R., MCINTOSH, Robert W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. trad. Roberto Cataldo Costa. 8ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- MARTINS, Maria Alice Hofmann. **Dizer e fazer usando o Logo Gráfico: Um caso de afasia semântica**. ULBRA, 2002.
- MOLINA, Sergio. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru: Educs, 2005.
- MOLINA, Sérgio; RODRIGUES, Sérgio. **Turismo: planejamento integral**. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- MONTANER, Jordi M.. **Estrutura do mercado turístico**. trad. Andréa Favano. 2 ed. São Paulo: Roca, 2001.

PETROCCHI, Mário. **Planejamento e Gestão do Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

SOLHA, Karina Toledo. **Política de Turismo**: Desenvolvimento e Implementação. In: RUSCHMANN, Doris van de Meene. _____(orgs). **Planejamento turístico**. Barueri: Manole, 2006.

THOMAS, J.R.; NELSON, J.K.; SILVERMAN, S.J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5. ed. Porto Alegre,RS: Artmed, 2007